

As considerações gerais do CMN

Depois da reunião de ontem, o Conselho Monetário Nacional emitiu longo documento, dividido em quatro capítulos: 1) Considerações gerais; 2) Medidas nas áreas monetária, financeira e de crédito; 3) Medidas na área tributária; e 4) Medidas a favor do Nordeste.

Eis a íntegra do documento do CMN.

I. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A política econômica brasileira, nos anos mais recentes, tem-se orientado no sentido de consolidar o processo de ajustamento interno às condições adversas da conjuntura econômica internacional.

Neste contexto, e coerente com a estratégia traçada desde o início deste governo, a política econômica continua a estimular prioritariamente os setores agropecuário, energético e de exportações.

O principal obstáculo ao nosso crescimento tem sido o desequilíbrio do balanço de pagamentos, agravado, nos últimos dois anos, por fatores externos bastante negativos.

Na tentativa de sanear as contas externas, concebeu-se, ao longo dos últimos anos, um conjunto de medidas cujos resultados têm sido bastante satisfatórios, principalmente se considerado o cenário desfavorável da economia mundial.

Em 1980, mesmo com o desproporcional aumento dos preços do petróleo importado, o desempenho excelente das exportações evitou que o déficit comercial se ampliasse com relação ao verificado em 1979 (US\$ 2,8 bilhões).

Em 1981, registrou-se expressivo superávit da balança comercial (US\$ 1,2 bilhão), a despeito da queda de 7,4% nos preços médios de nossas exportações e do acréscimo de 13,2% nos preços das importações.

Já em 1982, as exportações globais totalizaram US\$ 20,2 bilhões, contra US\$ 19,4 bilhões das importações, proporcionando, portanto, um superávit da ordem de US\$ 800,0 milhões, bastante significativo, aliás, se considerados o acentuado declínio dos preços internacionais de nossos produtos, as dificuldades vividas por importantes parceiros comerciais e o aumento das práticas protecionistas.

A prioridade conferida ao setor energético é óbvia. A produção doméstica de energia constitui — juntamente com as exportações e a agricultura — esforço prioritário dentro da estratégia governamental de reduzir a dependência externa.

Quando, ao final de 1979, o Brasil se dispôs a atingir uma produção interna de 500 mil barris diários, poucos acreditaram nesta possibilidade. No entanto, a produção já atingiu 330 mil e deverá chegar aos 400 mil barris até o final do ano.

Paralelamente, como fruto de uma política de preços realista, o consumo de combustível vem caindo, com substituição por fontes alternativas domésticas. Diminuiu, com isso, a participação do petróleo no balanço de pagamentos.

Dentro desse processo de substituição, há que se destacar o Proálcool, cuja pro-

dução já equivalia, em 1982, a 63 mil barris/dia de petróleo. Com os investimentos já efetivados, está garantido o objetivo de substituir, em 1985, o equivalente a 118 mil barris/dia de petróleo.

Com relação ao carvão, o êxito do programa não deixa margem a dúvidas. É certo que este ano se atingirá produção duas vezes maior que a de 1979.

O mesmo ocorreu com a energia elétrica, cuja produção este ano superará em 40% a de 1979. Simultaneamente aos investimentos em curso (Tucuruí, Itaipu, etc.), o governo vem investindo fortemente na criação de redes de distribuição e transmissão de energia, além de garantir a substituição de óleo combustível por energia elétrica.

Somados estes e outros programas de substituição de energia, a importação líquida de petróleo terá baixado de 997 mil barris/dia em 1979 para 570 mil barris/dia em 1982.

A agricultura constitui outra prioridade permanente do Governo. O crescimento desse setor tem possibilitado a eliminação, tão rapidamente quanto possível, da escassez de alimentos, a geração de excedentes exportáveis e a substituição de importações.

Os resultados têm sido encorajadores. No seu conjunto, as lavouras cresceram a uma média de 6,2% ao ano, desde 1979 até o corrente ano — taxa esta bem superior à média histórica do setor (3,8%).

As principais lavouras de exportação cresceram significativamente no período: cacau, 3%; soja, 10%; café, 3,6%; laranja, 8,3%. Nas lavouras de substituição de importação, destaca-se a evolução da cana-de-açúcar, com crescimento médio anual de 11%. Para o consumo interno, os três principais itens do consumo diário brasileiro — arroz, feijão e milho — cresceram às taxas médias de 5,7%, 7,3% e 10,9%, bem acima, por tanto, do crescimento do consumo.

O último indicador disponível para a evolução global das lavouras (março de 1983) mostra um crescimento de 13,2%. Subtraindo-se a produção cafeeira deste cômputo, a previsão de evolução das lavouras é de aproximadamente 7%.

Estes números demonstram o acerto da política econômica adotada nestes últimos quatro anos.

No entanto, já a partir do segundo semestre do ano passado, era notório o agravamento da crise financeira vivida particularmente pelos países em desenvolvimento. O clímax da crise foi atingido em setembro daquele ano, quando países da América Latina se viram na impossibilidade de saldar seus pagamentos externos. Concomitantemente, houve uma paralisação completa dos fluxos de capital para os países em desenvolvimento.

Como é do conhecimento de toda a sociedade, a crise internacional motivou a redução significativa do financiamento externo ao Brasil e, por consequência, a necessidade de um pro-

Tabela 1

EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DAS LAVOURAS (1979/83)		
Especificação	Taxa de Crescimento (média anual, em %)	Índice 1983 (1978 = 100,0)
Lavouras	6,2	135,0
Principais Lavouras de Exportação		
— Cacau	2,9 ⁽¹⁾	112,1 ⁽¹⁾
— Café	3,6	119,3
— Fumo	2,7	114,2
— Laranja	8,3	150,0
— Soja	10,0	161,0
Principais Lavouras Substitutivas de Importação		
— Cana-de-açúcar	10,6	165,5
— Trigo	0,0	100,0
Principais Lavouras para Consumo Interno		
— Arroz	5,7	131,9
— Feijão	7,3 ⁽¹⁾	132,6 ⁽¹⁾
— Mandioca	-1,0	94,9
— Milho	10,9	167,7

FONTE: FGV e Sepal/PR

NOTA: (1) Período 79/82

Tabela 2

CONSUMO, IMPORTAÇÃO LÍQUIDA E PRODUÇÃO NACIONAL DE PETRÓLEO			
Ano	Produção	Consumo	Importação Líquida
1978	166	1.068	870
1979	171	1.112	997
1980	188	1.086	877
1981	220	1.052	776
1982	267	1.017	736
1983	360	930	570

FONTE: MME/Análise dos Programas de Energia e Minas

Tabela 3

COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL			
Período	Exportação ⁽¹⁾	Importação ⁽²⁾	Saldo = (1)-(2)
1979	15.244	18.084	-2.840
1980	20.132	22.955	-2.823
1981	20.293	22.901	-1.202
1982	20.105	19.397	778
Jan-Mai/1983 ⁽¹⁾	8.434	6.319	2.115

(*) Estimativa preliminar.

grama de estabilização econômica.

A primeira tarefa desse programa consistiu na fixação de superávit comercial compatível com o ingresso esperado de recursos externos. O déficit em transações correntes estará limitado a US\$ 6,9 bilhões, contra US\$ 14,5 bilhões em 1982. Dada a rigidez da pauta de serviços, tal redução só será alcançável se se conseguir obter um saldo comercial de US\$ 6,0 bilhões.

Constatou-se, desde o início, certo ceticismo quanto ao atingimento desta meta. Porém, os resultados até agora obtidos indicam a possibilidade concreta de alcance desse objetivo. Até maio, registrou-se um superávit acumulado da balança comercial de US\$ 2,0 bilhões, apesar do desempenho mais fraco do início do ano.

A balança comercial passou a registrar saldos crescentemente superavitários — notadamente após a maxidesvalorização de 30% da taxa de câmbio —, até atingir, em maio, o superávit de US\$ 660 bilhões.

Esse programa de estabilização, para ser bem sucedido, exigiu a adoção de uma estratégia paralela de ajustamento interno.

Medidas para cada área

II. MEDIDAS NAS ÁREAS MONETÁRIAS, FINANCEIRA E DE CRÉDITO

I — Limitação dos Empréstimos do Sistema Financeiro ao Setor Público

O Banco Central passará a fixar limites periódicos

para a expansão das operações de crédito ao setor público, devendo os percentuais de crescimento guardar estreita compatibilidade com o programa de redução do déficit público.

2 — Estabelecimento de Piso Mínimo de Encargos nas Operações de Crédito ou Financiamento de Entidades Públicas Federais

Fica vedado às entidades públicas federais, de qualquer natureza, realizar ou alocar recursos a operações de empréstimo ou a qualquer outra modalidade de financiamento, cujos encargos sejam inferiores àqueles fixados para a agricultura e para a pequena e média empresa.

3 — Redução Gradativa do Subsídio nas Operações de Crédito Rural e Agroindustrial

O crédito rural e agroindustrial ficarão sujeitos a juros de 3% a.a. e 5% a.a., respectivamente, e à correção monetária equivalente aos seguintes percentuais da variação das ORTN:

	1983	1984	A partir de 1985, inclusive
— nas áreas do Sudam, Sudene, Vale do Jequitinhonha (MG) e Espírito Santo:	70%	80%	90%
— nas demais regiões:	85%	95%	100%

Tais parâmetros serão utilizados também nos programas especiais, exceto quanto à correção monetária incidente nos créditos do Polonordeste, Prohidro, Projeto Sertanejo, Procanor, Probor (nas áreas da Sudam, Sudene, Vale do Jequitinhonha — MG e Espírito Santo) e Polamazônia, que ficará limitada

aos seguintes percentuais da variação das ORTN:

— 1983.....35%
— 1984.....45%
— a partir de 1985, inclusive.....70%.

No caso de financiamentos de tratores, máquinas e equipamentos, embarcações, bovinos, florestamento e reflorestamento incidirá correção monetária plena mais 3 pontos percentuais de juros.

As operações obrigatórias efetuadas pelos bancos comerciais terão sua taxa de juros reduzida de 8% a.a. para 3% a.a. mais correção monetária plena.

4 — Redução do Subsídio nas Operações de Crédito à Exportação

Nas operações de financiamento, os encargos financeiros passarão a ser os seguintes:

Até 31.12.83: 60% a.a.

A partir de 02.01.84: até 3% a.a. de juros, acrescidos de 70% da variação das ORTN verificada em cada semestre, durante o período da operação.

No caso de refinanciamento, os encargos sofrerão rebate de até 4 pontos de percentagem em relação ao custo das operações de financiamento.

5 — Redução Gradativa do Subsídio ao Crédito Destinado às Micro, Pequenas e Médias Empresas

O crédito às micro, pequenas e médias empresas ficará sujeito à taxa de juros de 3% a.a. e à correção monetária equivalente aos seguintes percentuais da variação das ORTN:

	1983	1984	A partir de 1985, inclusive
— nas regiões incentivadas:	70%	80%	85%
— nas regiões não incentivadas:	85%	100%	100%

6 — Redução das Alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), Incidentes Sobre Operações de Crédito

Foram reduzidas as alíquotas do IOF incidentes sobre as operações de crédito, à exceção, apenas, das operações de crédito ao consumidor, já beneficiadas por alíquotas mais baixas.

A alíquota básica de 4,6%, atualmente em vigor, foi reduzida para 1,5%. No caso específico das operações de crédito imobiliário, cuja alíquota não acompanhou a recente redução de 6,9% para 4,6% promovida pela Resolução nº 787, de 11.01.83, optou-se, nessa oportunidade, por sua redução para 1,8%.

7 — Eliminação dos Limites Quantitativos nas Operações de Crédito

Eliminação, pura e simples, dos limites quantitativos aplicados à expansão das operações de crédito de bancos comerciais e de bancos de investimento, ao setor privado.

O objetivo do programa é o de promover o aumento da produção e da produtividade agrícola.

Serão financiados, prioritariamente, os seguintes itens:

— a aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas;
— o desmatamento para incorporação de novas áreas ao processo produtivo; e
— a adubação intensiva e a correção do solo.

Os recursos destinados ao programa atingem Cr\$ 150 bilhões, dos quais Cr\$ 50 bilhões originários do Banco Mundial e os restantes Cr\$ 100 bilhões, aportados pelo Funagri.

9 — Depósito Compulsório

Os depósitos compulsórios dos bancos comerciais, incidentes sobre depósitos a vista, passarão a ser calculados com base nos seguintes percentuais:

— Grandes Bancos:	50%
— Médios Bancos:	45%
— Pequenos Bancos:	36%
(Taxa atual = 45%)	
(Taxa atual = 40%)	
(Taxa atual = 36%)	

Nos bancos de investimentos, o percentual dos depósitos compulsórios, incidente sobre os depósitos a prazo, será elevado de 5% para 10%.

III. MEDIDAS NA ÁREA TRIBUTÁRIA

1 — Imposto de Renda na Fonte sobre Rendimentos Auferidos em Operações no Mercado Aberto

A partir de 1º de julho de 1983, as pessoas físicas e jurídicas não financeiras que auferirem ganhos em operações de aquisição e subsequente transferência, a curto prazo, de títulos ou valores mobiliários, sofrerão uma incidência do Imposto de Renda na fonte à alíquota de 4%. Esse percentual poderá ser aumentado de até a metade, ou reduzido, pelo Conselho Monetário Nacional. A retenção na fonte deverá ser efetuada pela pessoa jurídica que creditar ou pagar o rendimento, no ato do crédito ou pagamento. Quando a operação for realizada por pessoa jurídica financeira, o referido imposto será calculado, pela beneficiária, sobre os rendimentos obtidos mensalmente e pago a título de recolhimento antecipado, também à alíquota de 4%.

2 — Antecipação do Imposto de Renda das Instituições Financeiras

As instituições financeiras, que obrigatoriamente encerram seu balanço em 31 de dezembro, a partir de 1º de julho de 1983 deverão efetuar recolhimentos mensais, a título de antecipação do Imposto de Renda devido na declaração de rendimentos de 1984. O regime de antecipação já existe hoje para as pessoas físicas (Imposto de Renda na fonte e carnê-leão) e para as pessoas jurídicas que encerram seu exercício social anteriormente a 31 de dezembro. A antecipação ora criada para as instituições financeiras será calculada à base de 1/12 do imposto devido no exercício anterior e será recolhida ao final de cada um dos meses de julho a dezembro. De janeiro até a data da entrega da declaração serão recolhidos duodécimos, a exemplo do que se faz atualmente, pelo valor das antecipações que estejam sendo recolhidas.

3 — Diferimento dos Efeitos da maxidesvalorização do Cruzeiro

Coloca-se à disposição das pessoas jurídicas alcançadas pelos efeitos da variação cambial a possibilidade de registrarem o aumento das obrigações em moeda estrangeira, que exceder o limite da variação da ORTN, de acordo com a destinação dos recursos que originaram essas obrigações. A sua opção, o contribuinte poderá computar, total ou parcialmente, o valor decorrente desse aumento como despesa operacional do exercício, ou registrá-lo como custo dos bens do ativo imobilizado ou, ainda, diferir-lo para posterior amortização.

4 — Adicional do Imposto de Renda na Fonte sobre Rendimentos de Capital

A fim de atender a despesas com adversidades climáticas (secas no Norte e Nordeste e enchentes no Sul do País), que não podem ser supridas com os atuais recursos do Tesouro, será instituído, até o final do ano, um adicional de 10% sobre o valor da retenção, pela fonte pagadora, relativa a rendimentos sujeitos à incidência do Imposto de Renda que constituir antecipação do imposto devido na declaração. Não serão atingidos por esse adicional os rendimentos do trabalho, os juros das cadernetas de poupança, os rendimentos pagos por pessoas jurídicas e sociedades civis prestadoras de serviços profissionais e os rendimentos decorrentes de operações de aquisição e transferência, a curto prazo, de títulos ou valores mobiliários.

5 — Imposto de Renda na Fonte sobre Importâncias Pagas a Sociedades Cíveis Prestadoras de Serviços Profissionais

As importâncias pagas ou creditadas por pessoas jurídicas, como remuneração por serviços prestados às sociedades civis de prestação de serviços relativos ao exercício de profissão legalmente regulamentada, sofrerão uma incidência de Imposto de Renda na fonte, à alíquota de 3%, considerado como antecipação do imposto devido na declaração da beneficiária. A medida visa a estabelecer tratamento parecido com o que é hoje dispensado aos rendimentos recebidos por pessoa física de outra pessoa física, em decorrência da prestação de serviços profissionais (Carnê-leão), e semelhante ao tratamento dado aos rendimentos da mesma natureza pagos ou creditados por pessoas jurídicas a pessoas físicas.

6 — Redução do Imposto de Renda na Fonte sobre os Rendimentos do Trabalho

Visando a tornar menos oneroso o Imposto de Renda na fonte sobre os rendimentos do trabalho, principalmente os das pessoas de menor renda, será reajustada a tabela de incidência desse imposto, elevando-se o valor das classes de rendimentos em cerca de 30%, a partir de 1º de julho de 1983. Os limites de isenção das tabelas vigentes passam de Cr\$ 111.000,00 (trabalho assalariado) e Cr\$ 37.000,00 (trabalho não assalariado) para, respectivamente, Cr\$ 144.000,00 e Cr\$ 48.000,00. Serão também acrescentadas mais duas classes de rendimentos, com alíquotas de 40 e 45% em cada tabela.

7 — Alteração dos Prazos de Recolhimento da Arrecadação de Tributos Federais

Os prazos do recolhimento, pelos estabelecimentos bancários integrantes do Sistema de Arrecadação de Receitas Federais e pelas fontes pagadoras de rendimentos sujeitos à retenção na fonte, serão reformulados a partir de julho de 1983. A alteração introduzida visa a permitir ao Tesouro Nacional dispor com maior rapidez dos valores arrecadados.